



**ATA N.º 82**

**09-12-2020**

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a octogésima segunda reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos a Chefe da Unidade de Administração e Finanças, Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. ---- Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.----- A reunião teve início às catorze horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----  
Não se registaram intervenções . -----

**BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2020: € 279 848,91. --**  
-----

**ORDEM DO DIA: -----**

**1. JACINTA CUSTÓDIA PARREIRINHA BATISTA. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 76/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Jacinta Custódia Parreirinha Batista. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**2. MARIA CAROLINA FITAS. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 77/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Maria Carolina Fitas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. --

-----

**3. TERESA ISABEL CARDOSO FITAS. APOIOS SOCIAIS – PEDIDO DE APOIO PARA GÁS.**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 75/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma botija de gás, no valor de € 26,00, formulado pela Sr.ª Teresa Isabel Cardoso Fitas. -----

A Câmara por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, em sintonia com tomadas de posição idênticas sobre esta matéria, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----

**4. CONTRATOS DE EMPREITADA, DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS OU DE BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO, COM OPÇÃO DE COMPRA, QUE GEREM ENCARGOS PLURIANUAIS. PROPOSTA PARA EMISSÃO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS QUE CONSUBSTANCIEM ENCARGOS PLURIANUAIS NÃO SUPERIORES A 30.000€ EM CADA ANO CIVIL, VALORES SEM IVA, NO DECURSO DO ANO DE 2021. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2020, do Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, desenvolvimento, cultura e Sociedade, enquadrando a matéria em título e cujo conteúdo se transcreve: -----

Por forma a evitar a reiterada remessa à Assembleia Municipal de deliberações similares com o mesmo intuito, propõe-se, a exemplo dos anos civis anteriores,

considerando, por um lado, o disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Considerando, que o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua redação atual, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art.º 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais. -----

Considerando que, é defendido por nós que essa deliberação deverá ter carácter de autonomia em relação à deliberação de aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2021, existe a pois necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art. 13º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal, na sua sessão de dezembro de 2021, por motivos de



simplicação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal: -----

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, com efeitos a 01 de janeiro de 2021, e para perdurar em todo o restante ano civil, nos casos seguintes: -----

a) Resultem de ou não de projetos, de ações ou de outra natureza constantes das *Grandes Opções do Plano*; -----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 30.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

3. Sem prejuízo do direito à informação em todas as sessões da AM, na sessão ordinária da Assembleia Municipal que tiver lugar em fevereiro de 2022, deverá ser presente uma informação da qual constem os todos compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

## **5. ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO OPERACIONAL DE UMA VARREDORA DE RUA PELO PRAZO DE 5 ANOS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 90/2020, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Por despacho do Sr. Presidente, de 02/12/2020, foi determinada a abertura do concurso público n.º 01/20 para locação operacional de uma varredora de rua pelo prazo de 5 anos, cujo preço base é de € 120.050,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Estatui a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua redação atual, que a assunção de encargos plurianuais está sujeita a autorização da Assembleia

Municipal. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, no âmbito da v/ competência de estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões do órgão executivo, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da supra identificada lei, propor à Assembleia Municipal a autorização para a assunção de encargos plurianuais para o procedimento para locação operacional de uma varredora de rua pelo prazo de 5 anos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou pedir à Assembleia Municipal a autorização para a assunção de encargos plurianuais para o procedimento para locação operacional de uma varredora de rua pelo prazo de 5 anos. -----

**6. CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO AO BEI (BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO) – POR 15 ANOS, NO VALOR DE 102.362,91€ PARA FAZER FACE À COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUBA NO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE VILA ALVA. NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO FINAL POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL. NECESSIDADE DE REMESSA DO ASSUNTO PARA DELIBERAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA SUA SESSÃO DE DEZEMBRO DE 2020. CONTRATO SUJEITO A FISCALIZAÇÃO PRÉVIA POR PARTE DO TRIBUNAL DE CONTAS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 28/2020, do Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, desenvolvimento, cultura e Sociedade, enquadrando a matéria em título e cujo conteúdo se transcreve: -----

“Na reunião ordinária do órgão executivo que teve lugar no passado dia 05 de agosto de 2020, tendo por base a Informação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento n.º 15/2020, da autoria do Eng.º Vitor Raminhos, aquele órgão deliberou no sentido de ser aprovada a candidatura ao Banco Europeu de Investimento, doravante apenas BEI, nas condições insertas no Despacho n.º 6200/2018, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, de acordo com o regulamento constante do Despacho n.º 6323-A/2018, na redação do Despacho n.º 9350/2019, ambos da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. -----



No que concerne às competências da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal no âmbito da contratualização de empréstimos de médio e longo prazo no âmbito do BEI a matéria foi adequadamente contextualizada na informação técnica em cima mencionada, por isso para ela se remete. -----

No entanto, a exemplo do que fizemos para o empréstimo do Jardim dos Combatentes, em Cuba, que feito à Banca Comercial, é nas regras de aprovação e execução, similar aos empréstimos ao BEI, com exceção da ausência de consulta ao “mercado financeiro” pelos fundamentos constantes dos despachos em cima invocados, antes de explanarmos os diversos procedimentos específicos inerentes à contratação do empréstimo em causa, atento o facto de vivermos um período atípico no que concerne às regras financeiras pela qual a autarquia tem que se pautar, quer no ano de 2020, quer no ano de 2021, em resultado da pandemia COVID, julgamos oportuno trazer de novo à colação a necessidade de dar a conhecer formalmente quer ao órgão executivo, quer ao órgão deliberativo, os modelos de exceção que atualmente são aplicados.-----

Sendo necessário, em conformidade com o art.º 46.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto, na sua redação atual, sujeitar a visto prévio do Tribunal de Contas o procedimento de contratação de empréstimo, ainda que recorrendo ao BEI para efeitos de cofinanciamento do projeto de Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva, pelo montante global do projeto de 204.725,81€, sendo o valor do empréstimo BEI de 102.362,91€ de acordo com a ficha técnica anexa ao Despacho n.º 6200/18, importa no contexto atual reter o seguinte: -----

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, determina que: -----

*Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro*

*Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais*

*Artigo 52.º*

*Limite da dívida total*

*1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

*2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer*

*outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.*

*3 - Sempre que um município:*

*a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10/prct. do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção iii;*

*b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 /prct. da margem disponível no início de cada um dos exercícios.*

*4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.*

*5 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:*

*a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e*

*b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.*

*6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.*

No entanto, no contexto atual a norma supra é aplicada com duas ressalvas, a primeira delas, relacionada com despesas no âmbito da pandemia COVID, está prevista no n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 4-B/2020, de 06 de abril, onde o legislador determinou: -----

Lei n.º 4-B/2020

de 6 de abril

**Sumário:** Estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à segunda alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.



## Artigo 5.º

### Limite ao endividamento

1 — A não observância do limite de endividamento previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, decorrente de despesas destinadas à promoção de apoios sociais aos munícipes afetados pelo surto da COVID-19, à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID -19, fica excluída do regime de responsabilidade financeira previsto no n.º 4 daquele artigo.

2 — O montante de despesa que resulte das medidas identificadas no número anterior é reportado à Direção-Geral das Autarquias Locais no período de três meses após o término da vigência da presente lei.

3 — O valor reportado no número anterior não releva para a aplicação do previsto no n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A segunda delas, de carácter mais abrangente, e que se repercute no montante máximo que da dívida pode subir num só ano, está consignada no art.º 2.º da Lei n.º 35/2020, onde é estipulado que:

*Lei n.º 35/2020 de 13 de agosto*

### Sumário:

*Altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorroga o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID -19, procedendo à segunda alteração às Leis n.os 4 -B/2020, de 6 de abril, e 6/2020, de 10 de abril. Altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorroga o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID -19, procedendo à segunda alteração às Leis n.ºs 4 -B/2020, de 6 de abril, e 6/2020, de 10 de abril*

## Artigo 2.º

### Limites ao endividamento

1 — O disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, não se aplica nos anos de 2020 e 2021.

Assim sendo, neste empréstimo não será aplicável o limite dos 20% no exercício de 2020, o que legitimará a contratação do mesmo. -----

No entanto, os serviços camarários, quer jurídicos, quer financeiros, advertem para o facto de que a não necessidade transitória de cumprimento da alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da LFL não deve implicar a não monitorização regular desse limite, quer pelo órgão executivo, quer pelo órgão deliberativo, uma vez que as decisões agora tomadas comprometerão os anos futuros, logo que esta norma transitória cesse os seus efeitos. Sobre esta matéria vide o doc. n.º 1, que corresponde à Informação n.º 41, datada de 02 de novembro de 2020, da autoria da Chefe da Unidade de Administração e Finanças, Dr.ª Carmen Estrela. -----

Dito isto, debrucemo-nos sobre o procedimento do empréstimo motivo da presente informação: -----

Antes de mais importa registar que, por se tratar de empréstimo para fazer face à contrapartida nacional de projeto apoiado por fundos comunitários no âmbito do PAICD, em sintonia com a alínea a) do n.º 5.º do citado art.º 52.º da LFL, o mesmo não conta para efeitos da dívida total do Município. -----

Assim sendo no que ao empréstimo do projeto do Centro cultural de Vila Alva, foi submetida a Candidatura ao BEI no passado dia 05 de agosto de 2020 – vide doc. n.º 1, tendo a comunicação de aprovação nos sido comunicada mediante a notificação da decisão final em 09 de outubro de 2020 – vide doc. n.º 2. -----

A título complementar, e para dar cumprimento ao disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 19.º da Resolução n.º 11/2011 do Tribunal de Contas, norma que regula a instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia, remete-se a minuta do contrato de empréstimo para que o órgão executivo aprove as respetivas cláusulas contratuais do mesmo, e disso dê conhecimento à Assembleia Municipal. Vide doc. n.º 3. -----

Por último, em caso de aprovação do empréstimo por parte da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, regista-se que o mesmo deve ser remetido para fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, sendo o visto expresso ou tácito condição de eficácia do contrato de empréstimo. -----

Na organização e compilação do processo deverá levar-se em linha de conta as regras insertas no art.º 19.º da Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, e desde 2020 com a desmaterialização dos processos a submeter a visto toda a gestão e envio do procedimento deverá ser feito em obediência à Resolução n.º 1/2020 do Tribunal de Contas.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento formal sobre as regras inerentes ao endividamento municipal em função da pandemia COVID que são apresentadas na presente Informação. -----

2.º - Tomar conhecimento que, por força do art.º 2.º da Lei n.º 35/2020, no ano de 2020, a autarquia não está sujeita à regra prevista na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da LFL, ou seja, está dispensado do seguinte: -----

2.1.º - Quando Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 /prct. da margem disponível no início de cada um dos exercícios; -----

3.º - Tomar conhecimento que, por se tratar de empréstimo para fazer face à contrapartida nacional de projeto apoiado por fundos comunitários no âmbito do PAICD, em sintonia com a alínea a) do n.º 5.º do citado art.º 52.º da LFL, o mesmo não conta para efeitos da dívida total do Município; -----

4.º - No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea ccc) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, isto é, apresentar propostas à Assembleia Municipal em matérias da competência desta, aprovar a contratação do empréstimo ao BEI ao abrigo Despacho n.º 6200/2018, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, de acordo com o regulamento constante do Despacho n.º 6323-A/2018, na redação do Despacho n.º 9350/2019, ambos da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., no valor de 102.362,91€, pelo prazo de 15 anos, para fazer face à comparticipação do Município de Cuba no Projeto de Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva e remeter o processo para o órgão deliberativo para apreciação e votação, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei invocada no início do atual ponto; -----

5.º - Para dar cumprimento ao disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 19.º da Resolução n.º 11/2011 do Tribunal de Contas, norma que regula a instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia, aprovar as cláusulas contratuais da minuta do contrato de empréstimo, que se transcrevem e disso dar conhecimento à Assembleia Municipal;

#### CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL

##### MINUTA

Entre,

**PRIMEIRO OUTORGANTE**, o Estado, através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., (Agência, I.P.), NIPC n.º 510 928 374, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Nuno Manuel Oliveira dos Santos, cargo para o qual foi designado pelo Despacho n.º 10789/2020, de 26 de Outubro de 2020, do Ministro do Planeamento, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 214, de 03 de novembro de 2020, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 111.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a seguir também designado por Mutuante.

E

**SEGUNDO OUTORGANTE**, Município de Cuba, NIPC n.º \_\_\_\_ \_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_ (morada), em \_\_\_\_ (cidade), representado pelo senhor Presidente, \_\_\_\_\_, com domicílio profissional na \_\_\_\_ (morada), portador do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade n.º \_\_\_\_\_, válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, que outorga na qualidade de representante legal/procurador, a seguir também designado por Mutuário.

Considerando que:

. A República Portuguesa celebrou, com o Banco Europeu de Investimento (BEI) um Empréstimo Quadro (EQ), o qual se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI),

designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (Fundos da Política de Coesão) no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020;

. O Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, no n.º 2 do seu artigo 100.º, atribuiu à Agência, I.P. a competência para a concessão, em nome do Estado, de financiamentos no âmbito do Empréstimo Quadro (EQ);

. O Despacho n.º 6200/2018, de 15 de junho (publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 121, de 26 de junho de 2018), dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, estabelece as condições de acesso e de utilização de financiamento no âmbito do EQ Portugal 2020 (PT2020) contratado entre a República Portuguesa e o BEI, até ao limite de EUR 250.000.000, designado por Linha BEI PT 2020 – Autarquias (2018);

. O Despacho n.º 6323-A/2018, de 27 de junho (publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 123, de 28 de junho), do Conselho Diretivo da Agência, I.P., aprova o regulamento de implementação da linha de BEI PT2020, definindo os procedimentos de utilização da Linha BEI PT 2020 – Autarquias (2018), linha de crédito financiada pelo Empréstimo Quadro (EQ);

. O Despacho n.º 9350/2019, de 03 de outubro (publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 199, de 16 de outubro), do Conselho Diretivo da Agência, I.P., aprova a primeira alteração do Regulamento de Implementação da linha BEI PT2020 - Autarquias;

. O pedido de financiamento reembolsável apresentado pelo Segundo Outorgante foi aprovado de forma condicionada pela Agência, I.P. carecendo ainda de aprovação *ex post* por parte do BEI;

. A não aprovação pelo BEI da afetação de fundos do BEI PT 2020 contratado com a República Portuguesa ao financiamento da contrapartida nacional da operação PT2020 dará lugar à exigibilidade antecipada total do financiamento reembolsável concedido através do presente contrato, por iniciativa do Primeiro Outorgante;

. A contração do financiamento reembolsável objeto do presente contrato foi aprovada por deliberação/despacho n.º \_\_\_\_\_ (indicar o despacho/deliberação do órgão/entidade do mutuário competente a autorizar a contração do financiamento reembolsável) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_;

. Se encontram reunidos os requisitos necessários para a outorga do presente contrato, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 ambos do Despacho n.º 6200/2018, de 15 de junho (publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 121, de 26 de junho de 2018), dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, é de comum acordo e de boa fé celebrado o presente contrato de financiamento reembolsável, que reveste a forma de empréstimo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

. O presente contrato tem por objeto a concessão, pelo Primeiro Outorgante, na qualidade de Mutuante, de um financiamento reembolsável ao Segundo Outorgante, na qualidade de Mutuário, para financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 ALT20-06-4943-FEDER-000030 (Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva - Projeto no âmbito do PAICD de CUBA), de que este é beneficiário no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo;



*O presente financiamento reembolsável obedece aos termos e condições previstos nos Despachos n.ºs 6200/2018, e 6323-A/2018, de 15 e 27 de junho, respetivamente, e no Despacho n.º 9350/2019, de 03 de outubro.*

## **Cláusula 2.ª**

### **Definições**

Para efeito do presente contrato as expressões identificadas têm o seguinte significado:

- . **EQBEI – PT2020** – Empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento em 1 de agosto de 2016;
- . **Aferição da realização financeira da operação Portugal 2020** – Procedimento de verificação do índice de realização financeira da operação por consulta da execução registada para a operação no Balcão 2020, integrado nos Sistemas de Informação do Portugal 2020;
- . **Período de utilização** – Período de disponibilização do financiamento reembolsável ao Mutuário, através do desembolso inicial e de desembolsos intercalares;
- . **Período de carência** – Período durante o qual se vencem juros sobre o montante do financiamento reembolsável utilizado não sendo efetuada a amortização do capital.

## **Cláusula 3.ª**

### **Finalidade**

O financiamento reembolsável concedido pelo Mutuante ao Mutuário tem por finalidade financiar a contrapartida nacional da operação ALT20-06-4943-FEDER-000030 de que o Segundo Outorgante é beneficiário.

## **Cláusula 4.ª**

### **Valor**

1. O financiamento reembolsável é concedido pelo Mutuante ao Mutuário até ao montante de 102 362,91€ (cento e dois mil e trezentos e sessenta e dois euros e noventa e um cêntimos).
2. O valor do financiamento reembolsável pode ser ajustado em qualquer momento da vigência do financiamento, inclusive durante o período de utilização.
3. O ajustamento referido no número 2 está condicionado ao cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Despacho n.º 6323-A/2018, de 28 de junho
  - a) Não exceder 50% do custo total previsto na decisão de aprovação de cofinanciamento pelo respetivo Fundo;
  - b) 100% do custo total deduzido das despesas não elegíveis a financiamento pelo BEI e do apoio do Portugal 2020, ou 90% no caso das operações apoiadas pelos PO de Lisboa e da Madeira;
  - c) Ter um valor mínimo de 10 m€.
4. Caso o ajustamento referido no número 2, dê lugar a um acréscimo do valor do financiamento reembolsável, haverá novo processo de decisão de financiamento, ficando o

Mutuário sujeito às obrigações orçamentais e demais autorizações previstas na legislação em vigor, sendo obrigatoriamente celebrada adenda ao presente contrato.

5. O financiamento reembolsável observa as condições previstas na Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável e Simulação do Plano de Utilização e Reembolso, que constituem, respetivamente, os anexos 1 e 2 do presente contrato e que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo**

O financiamento reembolsável tem o prazo de 15 anos a contar da data da primeira utilização do mesmo não havendo lugar a prorrogação.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Utilização**

1. O financiamento reembolsável é concedido ao Mutuário através de desembolsos parcelares, classificados como:

- a) Desembolso inicial;
- b) Desembolsos subsequentes.

2. O desembolso inicial equivale a um terço do valor do empréstimo, sendo pago mediante pedido expresso do Mutuário, após assinatura do contrato ou da produção dos efeitos do mesmo, quando se verifique a necessidade de obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas.

3. O número de desembolsos subsequentes é calculado em função da execução financeira da operação cofinanciada pelos Fundos PT2020, através da despesa validada indicada na conta corrente disponível no Balcão 2020, sendo pagos mediante pedido expresso do Mutuário e de acordo com os seguintes índices de realização financeira:

- a. O segundo terço do valor do empréstimo quando a operação atingir um nível de execução mínimo de 33,3% do respetivo valor de aprovação;
- b. O último terço do valor do empréstimo quando a operação atingir um nível de execução mínimo de 66,6% do respetivo valor de aprovação.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Condições de utilização**

1. Cada desembolso do financiamento reembolsável terá lugar no prazo de seis dias úteis após a submissão pelo Mutuário ao Mutuante do respetivo pedido, em função da disponibilidade de verbas BEI PT2020 e sujeito à verificação prévia da regularidade da situação contributiva e tributária, da inexistência de dívidas aos Fundos da Política de Coesão ou de decisões de suspensão de transferência de Fundos da Política de Coesão para a operação ou para a entidade beneficiária, bem como da inexistência de incumprimentos noutros empréstimos concedidos pela Direção-Geral de Tesouro e Finanças (DGTF), e do índice de realização financeira da operação, quando aplicável.

2. Para cálculo do índice de realização financeira será aferida a despesa validada pela Autoridade de Gestão no âmbito da operação cofinanciada pelos Fundos Portugal 2020, e disponível no Balcão 2020 à data de submissão do pedido de desembolso, face ao custo total aprovado para a operação que consta da Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável.

3. Findo o período de carência de amortização de capital, não serão efetuados quaisquer desembolsos.

4. Os desembolsos são efetuados por transferência para a conta do Mutuário com o IBAN \_\_\_\_\_, do Banco \_\_\_\_\_, agência \_\_\_\_\_.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Taxa de Juro**

1. A taxa de juro aplicável ao presente empréstimo é variável e os juros correspondentes são pagos sem período de carência.

2. A taxa de juro contratual corresponde à taxa Euribor a seis meses, fixada para a data de aprovação do pedido de financiamento, em -0,46300%, acrescida de um spread de 0,27700 % de acordo com cotação fornecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), o qual vigorará durante todo o período de vida do contrato. Se a componente variável da taxa de juro indexante for negativa, a taxa de juro aplicável é determinada pela adição a este valor da componente fixa, ou seja, da margem do spread, até ao limite de zero na taxa final.

3. A taxa de juro é atualizada semestralmente e comunicada ao mutuário através do plano de reembolso do financiamento referido na Cláusula 9ª do presente contrato.

4. Os juros são calculados diariamente sobre o capital em dívida, e pagos semestral e postecipadamente, vencendo-se no primeiro dia útil após o final do semestre, aferido em função da data do primeiro desembolso do financiamento reembolsável.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Reembolso**

1. O plano de reembolso do financiamento é de 30 semestres, com um período de carência de amortização de capital é de 4 semestres, conforme previsto na Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável ao presente contrato.

2. Durante o período de carência são devidos juros que incidem sobre o montante do financiamento reembolsável desembolsado.

3. O reembolso do capital inicia-se no semestre subsequente ao fim do período de carência do financiamento reembolsável, sendo pago em prestações semestrais, iguais e sucessivas, conforme previsto no anexo 2 ao presente contrato.

4. No prazo de 5 dias úteis após a data do primeiro desembolso do financiamento reembolsável, o Mutuante notifica o Mutuário do plano de reembolso do financiamento, fixando as datas futuras do plano de reembolso do financiamento referido no número anterior.

5. O Mutuante notifica o Mutuário da atualização do plano de reembolso em 5 dias úteis após a realização de cada desembolso subsequente.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Modo de reembolso**

O pagamento do capital e juros a realizar pelo Mutuário nos termos do presente contrato, deve ser efetuado por transferência bancária para a conta do Mutuante com o IBAN PT50 0781 0112 01120015152 83.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Mora e Incumprimento**

1. Em caso de incumprimento de qualquer prestação de capital e/ou juros, dá lugar à aplicação de uma taxa, a título de juro de mora, correspondente a uma sobretaxa de 2 pontos percentuais sobre a taxa de juro em vigor, incidindo sobre o montante em dívida (capital e/ou juros vencidos e não pagos), e até à regularização do respetivo pagamento.
2. O atraso no pagamento de qualquer prestação de capital e/ou juros determina o vencimento antecipado da totalidade das prestações vincendas do financiamento, sem prejuízo de uma moratória de 90 dias para regularização da dívida em atraso, bem como a cessação dos desembolsos futuros do financiamento e o início do processo de recuperação dos montantes em dívida.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Garantias**

Para garantir ao Mutuante o integral e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato o Mutuário constitui a favor do Mutuante uma garantia, conforme documento de garantia que constitui o anexo 3 do presente contrato e que dele faz parte integrante.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Amortização antecipada**

1. Há lugar a vencimento antecipado total do financiamento reembolsável por iniciativa do Mutuante no caso de:
  - a) O BEI não aprovar a operação para financiamento com fundos do EQ-BEI PT2020;
  - b) A operação Portugal 2020 deixar de ser cofinanciada pelo respetivo fundo;
2. Há lugar a amortização antecipada parcial quando a operação cofinanciada pelos fundos for reprogramada ou concluída por um valor inferior ao aprovado.
3. Pode ainda haver lugar a vencimento antecipado, total ou parcial, do financiamento reembolsável em caso de incumprimento, por parte do Mutuário, das obrigações estabelecidas na Cláusula 14.ª.
4. Caso se verifique alguma das situações previstas nos números anteriores, o Mutuante notifica o Mutuário para efeito de pagamento do montante do capital e juros que se mostrem devidos, a realizar até à data prevista para a prestação subsequente de acordo com o plano de reembolso do financiamento previsto na Cláusula 9ª, sem que para tal seja necessário qualquer procedimento ou formalidade judicial.



5. A amortização antecipada voluntária, parcial ou total, por iniciativa do Mutuário, pode ser efetuada nas datas de pagamento de capital e de juros, previstas no plano de reembolso do financiamento, não havendo lugar a penalizações, devendo este informar o Mutuante dessa intenção com uma antecedência mínima de 5 dias úteis.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Obrigações do Mutuário**

Na execução do presente contrato o Mutuário obriga-se a:

- a) Cumprir integral e pontualmente as obrigações de pagamento de capital e juros;
- b) Realizar a operação Portugal 2020 nos prazos que constam da decisão de cofinanciamento pelo respetivo fundo;
- c) Reportar à Autoridade de Gestão a totalidade da despesa incorrida no âmbito da operação Portugal 2020, incluindo a componente de despesa de natureza não elegível para efeito de financiamento pelo respetivo fundo, caso a mesma exista;
- d) Comunicar ao Mutuante qualquer facto suscetível de dar lugar à exigibilidade antecipada, total ou parcial, do financiamento reembolsável objeto do presente contrato, no prazo de 5 dias úteis após tomar conhecimento do mesmo;
- e) Cumprir as obrigações que assumiram com a aprovação da operação para cofinanciamento pelos Fundos e, adicionalmente, as seguintes, necessárias ao cumprimento do contrato entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI):
  - i. Obtenção de visto prévio sobre o contrato de financiamento outorgado, sempre que legalmente aplicável;
  - ii. Disponibilização ao público dos resumos não técnicos dos estudos de impacto ambiental, nos casos em que as operações se encontrem sujeitas a processos de avaliação do impacto ambiental ou da biodiversidade;
  - iii. Disponibilização de todos os documentos relacionados com as operações ao BEI e às autoridades nacionais, sempre que solicitados;
  - iv. Contratação de seguros relativos às atividades a realizar no âmbito da operação e aos ativos que a constituem ou que lhe estão afetos.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Responsabilidade por despesas**

Ficam a cargo do Mutuário todas as despesas relacionadas com a celebração e execução do presente contrato, designadamente as resultantes da constituição e cancelamento de garantias por este prestadas.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração ao presente contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelos Outorgantes.

2. Excetuando-se as situações referidas na cláusula 4ª, número 4, a celebração de adenda ao presente contrato, de forma a incluir todas as modificações ocorridas, nomeadamente o ajustamento do valor inicialmente contratado aos valores dos desembolsos efetivamente concretizados, poderá ocorrer após o último desembolso.

#### Cláusula 17ª

##### Comunicações

Todas as comunicações e notificações a realizar entre as partes, nos termos do presente contrato de financiamento reembolsável, devem, sob pena de ineficácia, ser efetuadas para os endereços a seguir indicados, por carta registada com aviso de receção ou comunicação eletrónica equivalente:

- Primeiro Outorgante/Mutuante:  
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

Av. 5 de Outubro, n.º 153

1050-053 LISBOA

Telefone: 218814000 Fax: 218881111 Email: EQBEI2020@adcoesao.pt

- Segundo Outorgante/Mutuário:

Entidade

Morada

Tel.: 000 000 000

Fax:

Email: de contacto

2. As notificações entre os Outorgantes são preferencialmente efetuadas através dos endereços de correio eletrónico identificados no número anterior.

3. Qualquer alteração dos endereços identificados no n.º 1 só será válida após comunicação, por escrito, à outra parte.

#### Cláusula 18.ª

##### Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da última assinatura ou da comunicação ao Mutuante, da obtenção do visto do Tribunal de Contas, e cessará quando se verificar, por parte do Mutuário, a amortização integral do capital e o pagamento dos juros remuneratórios e moratórios, caso sejam devidos, resultantes do financiamento reembolsável concedido ao Mutuário.

Celebrado em dois exemplares que serão assinados pelos Outorgantes ficando cada um deles na posse de um exemplar

Pelo Primeiro Outorgante/Mutuante

Pelo Segundo Outorgante/Mutuário

Data:

Data:

Nuno Manuel Oliveira dos Santos

XXXXXXXXXX

(Presidente do Conselho Diretivo  
da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, l. P.)

(Presidente do Município de Cuba)

ANEXOS:

- 1) Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável;
- 2) Simulação do Plano de Utilização e Reembolso;
- 3) Documento de Garantia.

6.º - Registrar que, em caso de aprovação do empréstimo por parte da Assembleia Municipal, o mesmo deve ser remetido para fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, sendo o visto expresso ou tácito condição de eficácia do contrato de empréstimo, não sendo aqui aplicável a norma inserta no art.º 7.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho que alterou o art.º 48.º da LOPTC, mas apenas nas situações previstas nas alíneas b) e c) do art.º 46.º do mesmo diploma, permanecendo portanto inalterável a alínea a) do mesmo artigo, que enuncia os atos e contratos dos quais resulte o aumento da dívida pública fundada; -----

7.º - Registrar que os serviços na organização e compilação do processo a submeter a visto prévio deverão levar-se em linha de conta as regras insertas no art.º 19.º da Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, e desde 2020 com a desmaterialização dos processos a submeter a visto toda a gestão e envio do procedimento deverá ser feito em obediência à Resolução n.º 1/2020 do Tribunal de Contas. -----

**7. REVISÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2020".** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 45/2020, dos Serviços Financeiros, que se transcreve: -----

"A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, "As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial. -----

Na revisão n.º 3 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a redução de previsões e dotações de projetos com baixa execução. Também foi utilizado o saldo de gerência não consignado. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a revisão n.º 3 ao Orçamento e GOP's de 2020 e remeter o documento para apreciação e votação na sessão de dezembro da Assembleia Municipal, no âmbito das competências deste Órgão deliberativo. -----

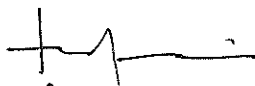
Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,10 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

